Notícias do dia 19 de novembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Polícia Civil abre investigação sobre licitação de marmitas 3

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
Polícia civil investiga licitação de marmitas 5

MEGANÉSIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Caiado autoriza concursos para 339 vagas em 2022 com salário a partir de R$ 4.838,66 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 20 projetos de deputados e do Executivo 8

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 20 projetos de deputados e do Executivo 11

Polícia Civil abre investigação sobre licitação de marmitas

Márcio Leijoto

A Polícia Civil abriu inquérito para investigar denúncias de favorecimento e direcionamento na licitação para o fornecimento de alimentação de detentos e servidores do Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia**. O pregão eletrônico foi vencido pela Ciga Alimentos, que ofereceu fazer o serviço por R$ 29,7 milhões por um ano.

O certame já é alvo de um processo no Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) e no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), ambos abertos a pedido da empresa Vogue Alimentação, que atualmente presta o serviço e perdeu a disputa. Há também uma sindicância interna dentro da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP) para apurar denúncia de favorecimento para a Ciga.

Na manhã desta quinta-feira (18), o presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema de Execução Penal do Estado de **Goiás** (Sinsep-GO), Maxsuell Miranda das Neves, foi ouvido na Delegacia de Estado de Combate à Corrupção (Deccor), onde a investigação está centralizada. Um vídeo gravado por Maxsuell tem circulado em grupos de WhatsApp com ele denunciando principalmente o fato de a proprietária da Ciga Alimentos, Suzane Fleury, ser esposa do sargento da PM José Fábio Vieira de Sá, motorista à disposição da diretoria da DGAP.

O presidente do Sinsep-GO disse à reportagem que foi questionado sobre o teor das denúncias que fez, mas que estão todas embasadas em documentos que já estão nos processos no TJ-GO e no **TCE**. Além da relação entre a Suzane e José Fábio, ele diz que havia problemas na documentação apresentada pela Ciga e que a forma como o processo tramitou na DGAP indica claro favorecimento à empresa.

Maxsuell chama a atenção para o fato de a Ciga ter sido desclassificada após ter vencido o edital, durante a fase recursal do resultado e questiona a forma como ela voltou a ser qualificada como vencedora. Ele também reforça a suspeita feita pela Vogue de que a vencedora recebeu informações privilegiadas ao encaminhar um recurso contra a desclassificação antes mesmo que a decisão estivesse publicada.

"O que falei (na delegacia) está documentado (nos processos tramitando atualmente), é fácil checar. E sabemos que a empresa que atualmente presta o serviço também tem problemas, já denunciei várias vezes problemas com o alimento que é entregue, mas o que queremos é que a alimentação seja fornecida com qualidade por uma empresa que tenha assumido o serviço de forma idônea, sem irregularidade", comentou.

Questionamentos

A polêmica envolvendo a licitação começou antes mesmo da abertura do pregão, com questionamentos feitos pela Vogue primeiro contra o edital, depois contra o resultado. Após a homologação da vitória da Ciga, a empresa derrotada entrou na Justiça em julho e, posteriormente, no **TCE**-GO. A informação sobre a relação entre a empresa e o motorista da DGAP veio a público em setembro e na última semana ganhou repercussão seja por meio de Maxsuell ou de opositores do governo estadual.

Conforme O POPULAR apurou, o inquérito foi aberto por iniciativa da própria Polícia Civil após o surgimento recente de novas informações envolvendo o processo licitatório. Em agosto, a própria Deccor pediu o arquivamento de uma denúncia feita pela Vogue após, segundo documento fornecido pela DGAP, afirmar não ter encontrado "nenhuma informação ou evidência que leve a crer, de modo seguro, a existência de crime a se apurar". Na época, entretanto, não se sabia publicamente que o sargento da PM era casado com a sócia da Ciga.

A DGAP afirma que a abertura do inquérito não interfere no cronograma do órgão, que já acionou a Vogue para que devolva no dia 25 o espaço usado para o fornecimento da alimentação. A Ciga deve começar os trabalhos já no dia 26, um mês antes do fim do contrato emergencial que estava em andamento. Isso porque, segundo a DGAP, é mais vantajoso financeiramente para os cofres públicos.

A diretoria responsável pelo sistema prisional também argumenta que a licitação foi objeto de análise jurídica pelo governo estadual, sem que tenha sido apontado nenhum obstáculo para a sua conclusão. "A Procuradoria Setorial da DGAP e a Procuradoria-Geral do Estado de **Goiás** manifestaram-se favoravelmente a celebração do contrato", afirmou em nota.

"Informamos ainda que não há decisão judicial que impeça o regular trâmite do processo. Tendo em vista que há manifestações administrativas favoráveis e que não há decisão judicial suspendendo a licitação, não vislumbra-se nenhum óbice na formalização do contrato", destacou a DGAP em nota.

O órgão finaliza dizendo que a alimentação dos presos é uma responsabilidade do Estado e não pode sofrer com interrupções, por ser um serviço público essencial.

A reportagem tentou falar com o delegado responsável pelo caso, mas ele pediu para que fosse procurada a assessoria de imprensa da Polícia Civil, que, por sua vez, solicitou que fosse acionada a da Secretaria de Segurança Pública de **Goiás** (SSP-GO). Esta ficou em silêncio.

A DGAP e a Ciga negam qualquer irregularidade ou favorecimento na licitação.

Site: https://opopular.com.br/digital/19-novembro-2021/1o-caderno

Polícia civil investiga licitação de marmitas

As denúncias de favorecimento e direcionamento na licitação para o fornecimento de alimentação de detentos e servidores do Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia** serão investigadas em inquérito aberto pela Polícia Civil. O pregão eletrônico foi vencido pela Ciga Alimentos, que ofereceu fazer o serviço por R$ 29,7 milhões durante um ano.

O certame já é alvo de um processo no Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) e no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), ambos abertos a pedido da empresa Vogue Alimentação, que atualmente presta o serviço e perdeu a disputa. Há também uma sindicância interna dentro da Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DG AP) para apurar denúncia contra a Ciga.

Na manhã de ontem, o presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema de Execução Penal do Estado (Sinsep-GO), Maxsuell Miranda das Neves, foi ouvido na Delegacia de Estado de Combate à Corrupção (Deccor), onde a investigação está centralizada. Um vídeo gravado por Maxsuell tem circulado em grupos de WhatsApp com ele denunciando principalmente o fato de a proprietária da Ciga Alimentos, Suzane Reury,

ser esposa do sargento da PM José Fábio Vieira de Sá, motorista à dis-posiçãoda diretoria da DG AP.

O presidente do Sinsep-GO disse à reportagem que foi questionado sobre o teor das denúncias que fez, mas que estão todas embasadas em documentos que já estão nos processos no TJ-GO e no **TCE**. Além da relação entre Suzane e José Fábio, ele diz que havia problemas na documentação apresentada pela Ciga e que a forma como o processo tramitou na DGAP indica claro favorecimento à empresa.

DESCLASSIFICADA

Maxsuell chama a atenção para o fato de a Ciga ter sido desclassificada após ter vencido o edital, durante a fase recursal do resultado e questiona a forma como ela voltou a ser qualificada como vencedora. Ele também reforça a suspeita feita pela Vogue de que a vencedora recebeu informações privilegiadas ao encaminhar um recurso contra a desclassificação antes mesmo que a decisão estivesse publicada. "Já denunciei várias vezes problemas com o alimento que é entregue, mas o que queremos é que a alimentação seja fornecida com qualidade por uma empresa que tenha assumido o serviço de forma idônea, sem irregularidade."

Edital era questionado antes do pregão

A polêmica envolvendo a licitação começou antes mesmo da abertura do pregão, com questionamentos feitos pela Vogue primeiro contra o edital, depois contra o resultado. Após a homologação da vitória da Ciga, a empresa derrotada entrou na Justiça em julho e no **TCE**-GO. A informação sobre a relação entre a empresa e o motorista da DGAP veio a público em setembro e na última semana ganhou repercussão seja por meio de Maxsuell ou de opositores do governo.

A DGAP afirma que a abertura do inquérito não interfere no cronograma do órgão, que já acionou a Vogue para que devolva no dia 25 o espaço usado para o fornecimento da alimentação. A Ciga deve começar os trabalhos já no dia 26, um mês antes do fim do contrato emergencial que estava em andamento. Isso porque, segundo a DGAP, é mais vantajoso financeiramente para os cofres públicos.

29,7 Milhões de reais foi o valor definido pela Ciga para assumir o fornecimento

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/19-novembro-2021/daqui-go

Caiado autoriza concursos para 339 vagas em 2022 com salário a partir de R$ 4.838,66

Redação

Seleção prevê cargos públicos com salários entre R$ 4.838,66 e R$ 11.700,00. Certames, regulamentados na Lei Orçamentária Anual (LOA), suprem áreas especializadas como agrimensura, arquitetura, engenharia, apoio jurídico, gestão de pessoas e licitações. Impacto financeiro na folha de pagamento será de R$ 8,9 milhões por ano. Governador vistoria prédio que compõe estrutura da Sead e que está em funcionamento em substituição a imóvel anteriormente alugado. Mudança possibilita **economia** de R$ 1,4 milhão por ano. "Entramos em outro ciclo, construído com muita transparência e responsabilidade, tendo um corpo técnico que se desdobra para superar o que ficou defasado, largado de lado", diz governador

O governador **Ronaldo Caiado** autoriza a realização de concursos públicos para 339 vagas e faz vistoria ao novo prédio da Secretaria de Estado de Administração, em Goiânia: "Isso aqui é uma escola do que se faz hoje para mostrar o respeito que nós temos com o dinheiro público", enalteceu - Fotos: Hegon Corrêa O governador **Ronaldo Caiado** assinou, nesta quarta-feira, 17, em Goiânia, autorização para realizar concursos que visam contratação de 339 servidores públicos estaduais com salários entre R$ 4.838,66 e R$ 11.700,00. O **Governo de Goiás** promoverá seleção para compor os quadros de profissionais da Secretaria de Administração (Sead) e da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). Previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), os certames ocorrerão em 2022 para suprimento de profissionais especializados no Estado.

O concurso da Sead prevê 329 vagas de analista de gestão governamental, cujo vencimento mensal é R$ 4.838,66, mais auxílio alimentação de R$ 500. O impacto anual na folha de pagamento do órgão será de R$ 7,2 milhão. Já para a Goinfra, o certame terá 10 vagas para gestor de engenharia, com salário de R$ 11.700,00. Nesse caso, a repercussão é de R$ 1,7 milhão, por ano, nos gastos com o funcionalismo público. A previsão inicial é de que as nomeações sejam feitas entre junho de 2022 e fevereiro de 2024, de acordo com a demanda dos órgãos públicos estaduais.

Segundo o governador **Ronaldo Caiado**, a qualificação do quadro funcional soma para garantir a correta aplicação dos recursos que são pagos pelo cidadão em forma de imposto. "Entramos em outro ciclo de governo, construído com muita transparência e responsabilidade, tendo um corpo técnico que se desdobra para superar o que ficou defasado, jogado, largado de lado", defendeu.

Como resultados de uma gestão técnica e eficiente já perceptíveis, Caiado lembrou o trabalho realizado pelo **Governo de Goiás** para inventariar o patrimônio estadual. "Vocês identificaram mais de 4,5 mil imóveis. Recebemos elogios do **Tribunal de Contas do Estado**, pois jamais em Goiás havia sido feito um trabalho assim", reconheceu. "Isso aqui é uma escola do que se faz hoje para mostrar o respeito que nós temos com o dinheiro público, com o patrimônio público", enalteceu.

Os processos para ocupação das funções públicas contemplam as áreas centrais de gestão como patrimônio público, compras governamentais, folha de pagamento e tesouro estadual. Os aprovados poderão atuar em diferentes órgãos do Poder Executivo, conforme a necessidade averiguada pela Sead. As áreas abrangidas são agrimensura; arquitetura; engenharia; licitações e contratos; gestão e desenvolvimento de pessoas; tecnologia da informação, além de apoio jurídico, contabilidade e orçamento do tesouro estadual.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia destacou que os concursos são um "legado estruturante" que ficarão como marca do governo de Caiado por prover cargos em setores em que nunca antes foram contemplados com certames. "É algo tão inédito e não é só inédito em Goiás, é inédito na administração pública brasileira", ressaltou. Segmentos responsáveis por coordenar grandes parcelas do orçamento estadual como gestão de pessoas, de contratos e de patrimônio foram citados pelo secretário como áreas cujos certames são os primeiros a ocorrer no Estado. "O cidadão precisa entender que isso aqui é o maior exemplo de respeito à coisa pública que poderia existir", frisou.

Economia

A solenidade de autorização dos concursos foi acompanhada de vistoria do governador **Ronaldo**

Caiado ao prédio que compõe a estrutura anexa da Sead na capital. O imóvel, de propriedade do Estado com localização na Avenida Universitária, está em funcionamento desde o primeiro semestre de 2021 e substituiu o imóvel alugado na Avenida República do Líbano. Com a mudança, o Governo Estadual passa a economizar R$ 1,4 milhão por ano.

Caiado percorreu as instalações que foram requalificadas com aplicação de um valor de R$ 1,5 milhão e ponderou sobre a eficiência nos gastos públicos. "A quem interessava dilapidar os prédios públicos e alugar outros prédios? Isso não é **política** de Estado, isso é **política** contra o Estado. Esse dinheiro, sem dúvida alguma, ele será recuperado em apenas um ano de aluguel", reforçou. "Governar é exatamente ter essa independência moral para não ter amarras que amanhã levem o Estado a uma situação de dilapidação do seu patrimônio", assinalou ao enfatizar que o processo inverso conduz o Estado a "asfixia, perda de autoestima e desinteresse das pessoas", disse.

O secretário Bruno D Abadia enalteceu a qualificação estrutural e os recursos que serão poupados a partir da nova instalação. "Nós economizamos o suficiente para uma reforma como essa. A partir desse um ano, todo restante se trata de **economia** de recursos públicos que o Estado está fazendo", afirmou ao citar o retorno com a dispensa do antigo aluguel. "Percebemos a qualidade dessas instalações e o respeito a cada um de vocês, não só porque vocês merecem isso no dia a dia, mas porque é um princípio do governador para todos nós", defendeu.

Participaram também da solenidade colaboradores da Sead, entre eles os subsecretários da Sead Lara Garcia e Alexandre Dermatine; a chefe de gabinete, Márcia Coutinho; o diretor-executivo de Liquidação de Estatais, Edson Sales; os superintendentes Fernando Fagundes, Dioji Ikeda, Ândrei Oliveira, Vânia Bareicha, Luís Queiroz, Rogério Carneiro, Roberta Costa e Fabiana Falcomer; e o chefe de gabinete da Goinfra, Renato Menezes; além de outras autoridades.

Fique bem informado. Clique aqui e siga-nos no Instagram

Site: http://www.meganesia.com.br/cotidiano-e-politica/8911-caiado-autoriza-concursos-para-339-vagas-em-2022-com-salario-a-partir-de-r-4-838-66

Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 20 projetos de deputados e do Executivo

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 20 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO). As reuniões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga segue também restrito.

Entre os processos apreciados, nove foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que seis são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Durante o decorrer da semana, ainda, os deputados tiveram a oportunidade de apreciar e derrubar, em votação única, um veto parcial do Governo ao autógrafo de lei que institui mudanças no Código Tributário de **Goiás**.

Dignidade Menstrual

No rol dos projetos de lei que seguiram para sanção destacam-se as três propostas da Governadoria que tratam de implantar ações sociais. O primeiro desses projetos é o de nº 8305/21 . Seu texto institui o Programa Goiano de Dignidade Menstrual. Projetos com teor semelhante, assinados pelos parlamentares Lêda Borges (PSDB), Delegada Adriana Accorsi (PT) e Delegado Eduardo Prado (DC), foram apensados ao mesmo.

Por meio da matéria, fica garantido o acesso gratuito aos absorventes higiênicos descartáveis às mulheres que sejam (ou estejam): estudantes da rede pública; adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade; privadas de liberdade em cumprimento de pena nos regimes fechado e semiaberto do Sistema Prisional Goiano; em situação de rua; em situação de extrema pobreza e de pobreza.

Bolsa de Estudos

A segunda matéria do governo, aprovada em definitivo na semana, trata de criar o programa Bolsa Estudo. A iniciativa, protocolada na Casa sob n° 8308/21 , consiste na transferência mensal de 100 reais para cada aluno do ensino médio da rede estadual de ensino.

O incentivo tem o objetivo de estimular a aprendizagem e a permanência dos estudantes em sala de aula, de forma a atenuar os efeitos gerados pela chegada da pandemia de covid-19. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), a iniciativa tende a contemplar aproximadamente 218 mil estudantes ainda no ano de 2021.

Para a implementação e execução do programa, também poderão ser utilizados recursos do Protege. A estimativa é que o impacto financeiro seja de aproximadamente R$ 22 milhões apenas neste ano. Para 2022 e 2023, está prevista uma despesa de quase meio bilhão de reais, sendo mais de R$ 233 milhões para o primeiro e R$ 248 milhões para o segundo.

Negociação de débitos

Também merece destaque a terceira matéria assinada pelo Poder Executivo aprovada em segunda votação nesta semana. A nova norma possui vigência temporária e tem como objetivo criar programa de recuperação de créditos tributários e não tributários para assegurar a sustentabilidade da arrecadação da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**) e possibilitar a regularização do passivo fiscal pelos devedores.

Oriundas do projeto de lei nº 8120/21 , as medidas deverão corrigir prejuízos na arrecadação causados pela pandemia da covid-19. Eles abrangem o crédito tributário, cujo valor atualizado até a data da adesão for igual ou inferior a R$ 25,5 mil, e o não tributário, de qualquer valor, correspondentes ao fato gerador ou à prática da infração ocorrida até a data da publicação do ato normativo.

Nesse contexto, compreenderão para os não tributários: redução em 100% do valor dos juros de mora; redução de até 98% do valor de multa moratória

e atualização monetária; redução de 30% do valor das multas formais; e pagamento à vista ou parcelado dos débitos remanescentes. Já para os créditos tributários, as propostas são a redução de 100% do valor dos juros de mora, redução de até 98% do valor da multa moratória e atualização monetária e possibilidade de pagamento à vista ou parcelado.

O impacto total relativo à despesa do processo perfaz o montante estimado de R$ 56.693.073,63. Desse modo, é estimado o valor de R$ 4.361.005,68 para o exercício 2021, R$ 17.444.022,65 para o exercício 2022, R$ 17.444.022,65 para o exercício 2023 e R$ 17.444.022,65 para o exercício 2024.

Veto

O Plenário deliberou também durante a semana, em apreciação única, um veto parcial do Governo. Na votação secreta da matéria de nº 7149/21 , os deputados optaram por rejeitar a demanda do governo ao autógrafo de nº 128, de 5 de agosto de 2021, de autoria dos deputados Helio de Sousa (PSDB) e Amauri Ribeiro (Patriota).

O placar da votação registrou 22 votos contrários e apenas cinco favoráveis à manutenção do impeditivo. Com isso, o governador Ronaldo Caiado agora fica obrigado a acatar a proposta inicialmente aprovada pelos parlamentares, a qual prevê perdão fiscal para multas referentes à Guia de Trânsito Animal (GTA).

Matérias de deputados

Dentre os projetos de autoria parlamentar que seguiriam para sanção, destaque para o de nº 5679/20 , do deputado Paulo Trabalho (PSL). A propositura visa isentar a cobrança de ICMS nos remédios Zolgensma e Spinraza, usados no tratamento de Atrofia Muscular Espinhal (AME).

O Plenário aprovou, também em segunda votação, o projeto de lei protocolado com o nº 4717/19 , do deputado Chico KGL (DEM), que dispõe sobre a obrigatoriedade de pavimentação asfáltica e completa sinalização dos aeroportos estabelecidos no estado de **Goiás**, e o projeto de lei nº 1244/19 , este de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que altera para técnico-científico-policial a natureza jurídica dos cargos de escrivão de polícia, agente de polícia, papiloscopista policial e os cargos do quadro transitório da Polícia Civil.

Outros dois projetos parlamentares aprovados foram os de nº 6482/21 , de autoria da deputada Lêda Borges, e o de nº 5976/21 , assinado pelo deputado Delegado Cairo Salim (Pros). O primeiro, que trata da concessão de Título de Cidadania Goiana ao cearence Osvaldo Pinheiro Dantas. Já o segundo à Maria Auxiliadora Borges Bomtempo, nascida no município de Araxá-MG.

Por fim seguiu para sanção ainda outro projeto de lei assinado pelo deputado Delegado Humberto Teófilo, este protocolado sob nº 6505/21 , e que declara de utilidade pública a Associação Iniciação Esportiva Nova Esperança, com sede no município de Ceres-GO.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** 18 novas matérias. Todas elas referentes a projetos de lei ordinária de iniciativa parlamentar. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da próxima semana na terça-feira, 23. Na Ordem do Dia constam 68 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do TJ-GO. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 17 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 46 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, três projetos de lei do Poder Executivo e um do TJ-GO em definitivo e, em apreciação única, um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de n° 8604/21 e de nº 8605/21 . O primeiro trata da concessão de bônus especial e temporário aos servidores da Educação do estado. De acordo com o texto da proposta, o Bônus por Resultado possui natureza remuneratória e destina-se a estimular o integral retorno às aulas presenciais e chegará a 98% da remuneração ou do subsídio do servidor. O benefício será concedido aos servidores da Seduc, exclusivamente, nos meses de dezembro deste ano e janeiro de 2022.

Já o segundo projeto, visa alterar a legislação que cria

a Bolsa Qualificação, Bolsa Alfabetizador e o Auxílio-Alimentação. A modificação tem por finalidade estender o benefício a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica que estejam matriculadas em cursos oferecidos por qualquer entidade parceira da Secretaria da Retomada (SER).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 23, consulte a pauta prévia .

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/121617/em-tres-sessoes-ordinarias-realizadas-durante-a-semana-plenario-deliberou-20-projetos-de-deputados-e-do-executivo

Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 20 projetos de deputados e do Executivo

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 20 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO). As reuniões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga segue também restrito.

Entre os processos apreciados, nove foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que seis são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Durante o decorrer da semana, ainda, os deputados tiveram a oportunidade de apreciar e derrubar, em votação única, um veto parcial do Governo ao autógrafo de lei que institui mudanças no Código Tributário de **Goiás**.

Dignidade Menstrual

No rol dos projetos de lei que seguiram para sanção destacam-se as três propostas da Governadoria que tratam de implantar ações sociais. O primeiro desses projetos é o de nº 8305/21 . Seu texto institui o Programa Goiano de Dignidade Menstrual. Projetos com teor semelhante, assinados pelos parlamentares Lêda Borges (PSDB), Delegada Adriana Accorsi (PT) e Delegado Eduardo Prado (DC), foram apensados ao mesmo.

Por meio da matéria, fica garantido o acesso gratuito aos absorventes higiênicos descartáveis às mulheres que sejam (ou estejam): estudantes da rede pública; adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade; privadas de liberdade em cumprimento de pena nos regimes fechado e semiaberto do Sistema Prisional Goiano; em situação de rua; em situação de extrema pobreza e de pobreza.

Bolsa de Estudos

A segunda matéria do governo, aprovada em definitivo na semana, trata de criar o programa Bolsa Estudo. A iniciativa, protocolada na Casa sob n° 8308/21 , consiste na transferência mensal de 100 reais para cada aluno do ensino médio da rede estadual de ensino.

O incentivo tem o objetivo de estimular a aprendizagem e a permanência dos estudantes em sala de aula, de forma a atenuar os efeitos gerados pela chegada da pandemia de covid-19. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), a iniciativa tende a contemplar aproximadamente 218 mil estudantes ainda no ano de 2021.

Para a implementação e execução do programa, também poderão ser utilizados recursos do Protege. A estimativa é que o impacto financeiro seja de aproximadamente R$ 22 milhões apenas neste ano. Para 2022 e 2023, está prevista uma despesa de quase meio bilhão de reais, sendo mais de R$ 233 milhões para o primeiro e R$ 248 milhões para o segundo.

Negociação de débitos

Também merece destaque a terceira matéria assinada pelo Poder Executivo aprovada em segunda votação nesta semana. A nova norma possui vigência temporária e tem como objetivo criar programa de recuperação de créditos tributários e não tributários para assegurar a sustentabilidade da arrecadação da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**) e possibilitar a regularização do passivo fiscal pelos devedores.

Oriundas do projeto de lei nº 8120/21 , as medidas deverão corrigir prejuízos na arrecadação causados pela pandemia da covid-19. Eles abrangem o crédito tributário, cujo valor atualizado até a data da adesão for igual ou inferior a R$ 25,5 mil, e o não tributário, de qualquer valor, correspondentes ao fato gerador ou à prática da infração ocorrida até a data da publicação do ato normativo.

Nesse contexto, compreenderão para os não

tributários: redução em 100% do valor dos juros de mora; redução de até 98% do valor de multa moratória e atualização monetária; redução de 30% do valor das multas formais; e pagamento à vista ou parcelado dos débitos remanescentes. Já para os créditos tributários, as propostas são a redução de 100% do valor dos juros de mora, redução de até 98% do valor da multa moratória e atualização monetária e possibilidade de pagamento à vista ou parcelado.

O impacto total relativo à despesa do processo perfaz o montante estimado de R$ 56.693.073,63. Desse modo, é estimado o valor de R$ 4.361.005,68 para o exercício 2021, R$ 17.444.022,65 para o exercício 2022, R$ 17.444.022,65 para o exercício 2023 e R$ 17.444.022,65 para o exercício 2024.

Veto

O Plenário deliberou também durante a semana, em apreciação única, um veto parcial do Governo. Na votação secreta da matéria de nº 7149/21 , os deputados optaram por rejeitar a demanda do governo ao autógrafo de nº 128, de 5 de agosto de 2021, de autoria dos deputados Helio de Sousa (PSDB) e Amauri Ribeiro (Patriota).

O placar da votação registrou 22 votos contrários e apenas cinco favoráveis à manutenção do impeditivo. Com isso, o governador Ronaldo Caiado agora fica obrigado a acatar a proposta inicialmente aprovada pelos parlamentares, a qual prevê perdão fiscal para multas referentes à Guia de Trânsito Animal (GTA).

Matérias de deputados

Dentre os projetos de autoria parlamentar que seguiriam para sanção, destaque para o de nº 5679/20 , do deputado Paulo Trabalho (PSL). A propositura visa isentar a cobrança de ICMS nos remédios Zolgensma e Spinraza, usados no tratamento de Atrofia Muscular Espinhal (AME).

O Plenário aprovou, também em segunda votação, o projeto de lei protocolado com o nº 4717/19 , do deputado Chico KGL (DEM), que dispõe sobre a obrigatoriedade de pavimentação asfáltica e completa sinalização dos aeroportos estabelecidos no estado de **Goiás**, e o projeto de lei nº 1244/19 , este de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que altera para técnico-científico-policial a natureza jurídica dos cargos de escrivão de polícia, agente de polícia, papiloscopista policial e os cargos do quadro transitório da Polícia Civil.

Outros dois projetos parlamentares aprovados foram os de nº 6482/21 , de autoria da deputada Lêda Borges, e o de nº 5976/21 , assinado pelo deputado Delegado Cairo Salim (Pros). O primeiro, que trata da concessão de Título de Cidadania Goiana ao cearence Osvaldo Pinheiro Dantas. Já o segundo à Maria Auxiliadora Borges Bomtempo, nascida no município de Araxá-MG.

Por fim seguiu para sanção ainda outro projeto de lei assinado pelo deputado Delegado Humberto Teófilo, este protocolado sob nº 6505/21 , e que declara de utilidade pública a Associação Iniciação Esportiva Nova Esperança, com sede no município de Ceres-GO.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** 18 novas matérias. Todas elas referentes a projetos de lei ordinária de iniciativa parlamentar. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da próxima semana na terça-feira, 23. Na Ordem do Dia constam 68 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do TJ-GO. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 17 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 46 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, três projetos de lei do Poder Executivo e um do TJ-GO em definitivo e, em apreciação única, um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de n° 8604/21 e de nº 8605/21 . O primeiro trata da concessão de bônus especial e temporário aos servidores da Educação do estado. De acordo com o texto da proposta, o Bônus por Resultado possui natureza remuneratória e destina-se a estimular o integral retorno às aulas presenciais e chegará a 98% da remuneração ou do subsídio do servidor. O benefício será concedido aos servidores da Seduc, exclusivamente, nos meses de dezembro deste ano e janeiro de 2022.

Já o segundo projeto, visa alterar a legislação que cria a Bolsa Qualificação, Bolsa Alfabetizador e o Auxílio-Alimentação. A modificação tem por finalidade estender o benefício a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica que estejam matriculadas em cursos oferecidos por qualquer entidade parceira da Secretaria da Retomada (SER).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 23, consulte a pauta prévia .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/em-tres-sessoes-ordinarias-realizadas-durante-a-semana-plenario-deliberou-20-projetos-de-deputados-e-do-executivo/